



Trajетórias da Psicologia no Brasil – conciliações e resistências

Trajectories of Psychology in Brazil – conciliations and resistances

Ana Maria Jacó-Vilela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Resumo

O texto procura traçar, em linhas gerais, os caminhos percorridos pela Psicologia no Brasil do século XIX ao XXI, articulando esses percursos com as condições concretas, econômicas, culturais, políticas, que o país vivia nos diferentes momentos. Procura-se apontar as mudanças no interior da disciplina em termos de perspectivas teóricas e na prática psicológica, salientando o processo de autonomização (de sua anterior inserção principalmente nos campos da Medicina e da Educação) e a regulamentação da profissão, bem como as mudanças no final do século XX e no começo do século XXI. Utiliza-se para isso de diferentes pesquisas e trabalhos já publicados pela autora.

Palavras-chave: História da Psicologia; contexto; prática psicológica.

Abstract

This text seeks to trace, in general terms, the paths taken by Psychology in Brazil from the 19th to the 21st century, articulating these paths with the concrete economic, cultural, and political conditions in which the country lived at different times. The aim is to point out the changes within the discipline in terms of theoretical perspectives and psychological practice, highlighting the process of autonomy (from its previous insertion mainly in the fields of Medicine and Education) and the regulation of the profession, as well as the changes at the end of the 20th century and the beginning of the 21st. It makes use of different research results and papers already published by the author.

Keywords: History of Psychology; context; psychological practice.

Introdução¹

A história da Psicologia no Brasil não difere muito, em linhas gerais, da história da Psicologia nos demais países periféricos de América Latina, Ásia ou África. Essa afirmativa traz implícita algumas ideias, quais sejam: a) a de que a emergência da “ciência”, enquanto oriunda dos processos vividos na Europa a

¹ Uma versão deste artigo foi publicada em *History of Psychology in Latin America: a cultural approach*, editado por J. C. Ossa, G. Salas e H. Sholten, Editora Springer.



partir do século XV, ocorre nos países em que houve um forte investimento na criação de universidades e nas condições para pesquisa. Isso é explicitamente verdadeiro, por exemplo, no caso da Psicologia e de outras ciências humanas e sociais, que emergiram ao longo do século XIX, principalmente em países como Alemanha e França. Não estamos aqui propondo uma reedição do modelo de Basalla (1967), mas constatando que a “ciência” é claramente tributária de alguns processos políticos e sociais que ocorreram no continente europeu ocidental, notadamente o desmanche do regime feudal, a centralização do poder monárquico, a consolidação do capitalismo, a perda da hegemonia da Igreja Católica com o surgimento da Reforma Protestante, a construção dos impérios coloniais, assim como presenciou, no que aqui nos interessa de perto, o desencantamento do mundo (Weber, 1999), o privilégio à racionalidade e a emergência da ciência moderna e b) a de que a Psicologia, especificamente, surgiu como decorrência das profundas mudanças nas cidades, principalmente aquelas relativas ao aumento exponencial de suas populações, em detrimento da população rural, e dos avanços tecnológicos nas comunicações.

Tendo como pano de fundo essas duas ideias, o objetivo deste texto é oferecer uma perspectiva de como a emergência e o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão no Brasil decorreu das condições socioculturais, econômicas e políticas do país. Para tanto, vamos discorrer sobre alguns aspectos que podem oferecer condições de historicização desses processos desde o século XIX até os princípios do século XXI. O suporte deste trabalho encontra-se em diferentes pesquisas realizadas ao longo dos anos, cujos resultados estão publicados em diferentes veículos – ver, por exemplo, Sant’anna, Castro e Jacó-Vilela (2018); Jacó-Vilela, Messias, Degani-Carneiro e Barbosa (2017); Jacó-Vilela, Degani-Carneiro e Oliveira (2016); Jacó-Vilela e Rocha (2014); Jacó-Vilela e Rodrigues (2014); Jacó-Vilela (2014); Jacó-Vilela (2012); Jacó-Vilela e Degani-Carneiro (2012). Em relação à história do Brasil, guiamo-nos pela historiografia existente, especialmente em Fausto (1995) e em Schwarcz e Starling (2015).

O Brasil no século XIX

O que hoje denominamos Brasil era uma grande extensão territorial, coberta por rios e florestas e com uma grande barreira montanhosa situada na sua face banhada pelo Oceano Atlântico, habitada por algo em torno de oito



milhões de indígenas de diferentes etnias, sendo as principais a tupi e a guarani². Como qualquer outro povo, os indígenas tinham sua compreensão do que é o ser humano, sua função na natureza e suas relações com outros seres. Entretanto, como este texto se refere exclusivamente à chamada “Psicologia científica”, não nos deteremos sobre seus saberes, mas indicamos, a respeito, a obra de Marina Massimi, importante estudiosa dos tratados jesuíticos sobre os indígenas (Massimi, 1990, 2005, 2008, 2009).

Retornando à “descoberta” em 1500, verificamos que, diferentemente do que ocorreu em outros países latinos, de colonização espanhola, Portugal teve um papel exclusivamente extrativista das riquezas da nova terra (inicialmente, pau-brasil; depois, cana-de-açúcar e seus derivados; finalmente, ouro e pedras preciosas), sem se interessar por oferecer um retorno cultural ou educativo. Para o projeto extrativista, foi utilizada a mão-de-obra escrava. Trazidos do outro lado do Atlântico, os africanos escravizados foram importante fator na construção do novo território, visto terem chegado ainda na primeira metade do século XVI, destinados às fazendas de cana-de-açúcar. Entretanto, não há estudos psicológicos dedicados a eles nessa primeira fase, como ocorreu com os índios.

Assim, no começo do século XIX, o país contava com poucas cidades, situadas quase todas no litoral atlântico, tendo em vista a cadeia rochosa dificultar a ida para o interior. Essas cidades eram estreitas, sujas e malcheirosas. A população pobre se espremia em cortiços e outros lugares insalubres. Rio de Janeiro, a então capital, tinha 50 mil habitantes.

Tudo se transformou com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808³. Fugindo de ameaça de invasão por parte de Napoleão Bonaparte, em função da aliança de Portugal com a Inglaterra, toda a Corte foi transferida para a Colônia pelo Príncipe Dom João⁴ (1767-1826). Interessante notar que sua primeira providência, ao chegar em Salvador, a antiga capital, e depois ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu, foi criar nas duas cidades o Curso de Cirurgia e Obstetrícia. Até então, o que existia na Colônia, em termos de educação, eram os seminários, alguns colégios religiosos e o ensino de Engenharia, na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que Dom João transformou, em 1810, em

² Para se ter uma noção dos malefícios da colonização, não só de extermínio, mas também de “branqueamento” da população, segundo o Censo oficial do país, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), hoje menos de um milhão de brasileiros se declaram indígenas.

³ A frota era composta por quinze embarcações, com pelo menos o dobro “de navios mercantes particulares [que] saíram no rastro da frota real” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 165), protegida por quatro naus inglesas.

⁴ Príncipe regente de 1792 a 1816; rei Dom João VI do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822; rei do Reino Unido de Portugal e Algarves de 1822 a 1826.

Academia Real Militar (Macedo & Sapunaru, 2016). É naqueles Cursos de Cirurgia e Obstetrícia que começaram a circular as teorias psicológicas em desenvolvimento na Europa.

Recepção e apropriação de teorias psicológicas

A chegada da Corte Portuguesa representou a entrada do país na Idade Moderna. Apesar da má impressão inicial, quando foi necessário desalojar habitantes de suas casas para abrigar os membros da Corte, a população apoiou as medidas depois tomadas. Dom João não só criou os cursos citados, como também permitiu a imprensa – proibida em todo o período colonial –, abriu os portos “às nações amigas”, ou seja, à Inglaterra, o que ocasionou a necessidade de permissão para outra novidade, de existência de templos não-católicos (Degani-Carneiro, 2017). São ainda de sua longa gestão no país – de 1808 a 1821 – outras importantes obras, como a criação do Jardim Botânico, do Banco do Brasil (o primeiro banco brasileiro), de fábrica de pólvora (embrião da industrialização que começou a ocorrer nos anos de 1840), dos Correios, do Teatro Real, etc. Isso, sem contar com a pavimentação das ruas e a reforma dos portos e, principalmente, da criação da Biblioteca Nacional, formada em parte pela Biblioteca Real que também veio de Lisboa junto com a Corte.

A cidade do Rio de Janeiro cresceu exponencialmente durante seu período, chegando a dobrar a população – parcela importante dessa nova população, sem dúvida, refere-se aos portugueses que vieram com a Corte e aqui permaneceram. A convivência com a Corte e a abertura dos portos possibilitou o conhecimento e a importação de produtos inexistentes na Colônia, muitos deles totalmente inadequados ao clima e às condições da cidade, como, por exemplo, a casimira inglesa para a confecção de ternos para os homens. Mas máquinas de costura também estavam entre os objetos importados, tanto para uso doméstico quanto para a incipiente industrialização. Inicia-se um “processo civilizatório”, o primeiro grande surto de modernização do país, necessário inclusive para a adaptação da Corte àquela sua abandonada Colônia onde agora estava obrigada a viver. Para esse processo, além das iniciativas de Dom João (e, posteriormente, de seu filho, Dom Pedro I⁵), os médicos formados por aqueles

⁵ O Príncipe Dom Pedro (1798-1834), deixado no país para garantir a soberania portuguesa sobre o agora Reino Unido, foi levado pelas forças políticas a proclamar a independência do Brasil de Portugal, mantendo, contudo, a centralização monárquica do poder, proclamando-se Imperador do Brasil com o título de Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, data consagrada como da “Independência do Brasil”. Abdicou do trono em 1832, em favor de seu filho, depois Imperador



curso desempenharam um papel de extrema relevância. Podemos conhecer seu pensamento por meio de livros e artigos – esses, mais comuns no século XX – mas, principalmente, pelas teses que defendiam ao final do curso para receberem o título de Doutor em Medicina.

A obrigatoriedade das teses se iniciou nos anos de 1830, depois que os cursos foram transformados, em 1832, nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Havia somente duas décadas que a imprensa e a produção de livros se encontravam liberadas no Brasil. Assim, as teses podem ser consideradas os primeiros livros autenticamente brasileiros, não só no sentido da nacionalidade de seus autores, mas, principalmente, no sentido de serem aqui impressas e representarem o pensamento da elite brasileira sobre vários temas candentes então em circulação. Esse pensamento procurava se aproximar das ideias em voga nas capitais europeias, notadamente Paris.

As teses que mais nos interessam trazem diferentes temas, desde estudos sobre a infância, a mulher, os processos e o ambiente educacional, a psicoterapia, a hipnose, o ambiente das cidades, etc. Os grandes autores europeus são citados, principalmente Wilhelm Wundt, mas também Théodule Ribot e Pierre Janet. Os médicos sentem-se com o encargo de refletir sobre as várias questões que envolvem a população e propor soluções para cada uma delas. Ocorre, portanto, um processo de recepção daquelas ideias e teorias, dando-lhes significados, delas se apropriando de acordo com as formações e as necessidades de nossos autores (Dagfal, 2004), pois, como disse Roberto Schwarz (1977), “as idéias estavam fora do lugar”, portanto sofriam adaptações ao novo ambiente. Por outro lado, algumas das teorias aqui desenvolvidas são, depois, recebidas nos países centrais, caracterizando uma ampla circulação do conhecimento.

Assim, as novas perspectivas das ciências da vida, que então se firmavam, estão presentes nas teses. Franz Joseph Gall, com sua frenologia proposta em 1825, Francis Galton dissertando sobre a hereditariedade da inteligência em 1869, e, principalmente, Charles Darwin, em 1859, afastando os seres vivos do universo da Criação, foram autores que permitiram, aos poucos, a consolidação de uma dada Biologia. O indivíduo livre e igual aos outros (Dumont, 1985) da Revolução Francesa podia ser assim percebido também como diferente dos demais, uma diferença não mais centrada nos vínculos comunitários e religiosos presentes na tradição, mas que fazia parte da natureza. Essa primazia do conhecimento biológico no século XIX fez com que um dos conceitos a surgir

Pedro II, e retornou para Portugal para uma guerra contra seu irmão que havia ocupado o trono português.



fosse o de “raça”. Acrescentando-se o conceito darwinista de seleção natural, formou-se um caldo propício não só à afirmação da diferença – biologicamente determinada – como à hierarquização das diferentes raças, justificativa para o domínio ocidental do homem branco sobre os “povos primitivos”.

A explicação biológica emergiu no Brasil porque, durante o século XIX, os intercâmbios entre países (os quais eram proibidos no período colonial) se tornaram mais fáceis. Se o evolucionismo, o materialismo e a noção de progresso formaram a base para a necessidade de se construir uma nação civilizada, as teorias da área da Psiquiatria auxiliaram a pensar acerca da questão da desigualdade com os ditos países civilizados. Desse modo, a raça tornou-se uma questão. A grande presença de afrodescendentes na população era a principal justificativa para o atraso do país, o maior obstáculo para esse alcançar o padrão de civilização das nações europeias. A transformação da diferença biológica em justificativa para a desigualdade social possibilitou a conclusão de que, com o tipo de população que habitava o Brasil, a meta de se construir uma nação civilizada semelhante a europeia era praticamente impossível. Essa foi a posição defendida por diversos autores no final do século XIX e início do século XX, como demonstrado por meio das análises realizadas por Leite (1976). Uma exceção nesse contexto foi Manoel Bomfim (1869-1932)⁶, o qual explicou a diferença com os países europeus pela forma de colonização a que foram submetidos os países latino-americanos (Bomfim, 1993), um tipo de pensamento que podemos seguramente enquadrar no que hoje se denomina pensamento decolonial.

Um dos grandes autores brasileiros com estudos sobre os afrodescendentes, seus ritos e costumes, foi Raimundo Nina Rodrigues⁷, com vários trabalhos etnográficos, sendo que em um deles, *Fetichismo e animismo entre pessoas negras da Bahia*, de 1896 (Rodrigues, 2006), discute o caráter histórico presente em rituais de possessões. Sua perspectiva é convencionalmente denominada “racismo científico”, com o fito de distingui-la de formas anteriores e posteriores de compreensão das relações de brancos com afrodescendentes no Brasil.

⁶ Manoel Bomfim foi um médico alagoano, formado pela Medicina do Rio de Janeiro, dedicou-se à educação. Atribuía ao conhecimento científico a função de ferramenta privilegiada apta a intervir na realidade e possibilitar o progresso. Foi diretor de *Pedagogium*, onde criou um laboratório de Psicologia Experimental. Foi professor de Psicologia na Escola Normal do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores da Liga Brasileira de Higiene Mental, da Associação Brasileira de Educadores, e da Universidade popular, na qual atuou por um curto período durante a década de 1920 (Aguar, 2000).

⁷ Raimundo de Nina Rodrigues foi um médico maranhense, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, ficou disciplinarmente restrito ao campo de Antropologia por quase todo o século XX. Nas últimas décadas começou a ter seus trabalhos utilizados pela Psicologia Social.



Entre outros médicos influentes com forte ponto de vista racista, encontramos Henrique Roxo (1877-1969). Ele é o responsável pelo primeiro trabalho em Psicologia Experimental produzido no Brasil (ou seja, trabalho que foi publicado e, subsequentemente, chegou até nós), com várias referências a Wilhelm Wundt. Em sua tese de doutorado, Roxo provou que o tempo de reação – medido pelo Psicômetro de Buccola – do paciente interno no Hospital Nacional de Alienados era mais longo entre os afrodescendentes alienados do que entre os brancos (Roxo, 1900). Esse resultado foi interpretado como mais uma confirmação para a tese da elite brasileira a respeito da inferioridade dos afrodescendentes. Não há dúvidas sobre isso em seu trabalho. Como confirmou em artigo de 1904, o atraso na evolução fez afrodescendentes suscetíveis a diversas doenças mentais. Segundo Roxo (1904), a Psicologia Experimental (na qual incluía os testes psicológicos) deveria ser usada para sustentar hipóteses diagnósticas, indicando de um modo objetivo a diferença entre a saúde e o caso mórbido, possibilitando também distinguir entre diversas manifestações psicopatológicas.

Uma das estratégias utilizadas para solucionar o problema da raça foi o “embranquecimento” da população, por meio da qual se incentivou a imigração de trabalhadores brancos de outros países para o Brasil. Contudo, somente embranquecer não era o suficiente. A redução e/ou eliminação do analfabetismo passou a ser considerada a principal forma de amenizar os efeitos da diferença biológica, principalmente depois da abolição da escravidão, em 1888.

Acompanhada pela proclamação da República no ano seguinte, a questão da “civilização do país” adquiriu novos matizes. O sistema educacional foi identificado como deficiente, o que significava que era arcaico, artificial, e exageradamente baseado em memorização e em punições físicas (Gondra, 2004). A elite política e intelectual tentou melhorar a educação. Isso aconteceu a partir da proclamação da República, em 1889, e continuou no novo século.

A aplicabilidade do conhecimento: os testes psicológicos no começo do século XX

Nos primeiros quarenta anos da República, houve um período inicial de adequação das legislações e do modo de funcionamento político e social ao novo modelo de governo – é a época da criação do *Pedagogium*, um museu pedagógico onde foi criado o primeiro Laboratório de Psicologia Experimental do país, em 1906, dirigido por Manoel Bomfim. É a época também em que a urbanização começou a viver um movimento ascendente, em oposição à



diminuição da população rural – tanto porque os imigrantes trazidos para o “embranquecimento” da população não encontraram as condições esperadas nas áreas rurais, quanto porque os afrodescendentes recém-libertos da escravidão para elas se mudavam, na esperança de melhores condições de vida.

O Rio de Janeiro, vitrine do país, sofreu uma grande intervenção urbanística – a primeira de muitas – visando adequá-lo às condições da modernidade, com avenidas largas e prédios requintados. São Paulo também viveu um processo de urbanização embelezadora. Em ambos os casos, a experiência implicou a expulsão da pobreza para lugares afastados. No período final dessa primeira fase republicana, a década de 1920, inúmeros movimentos indicam que a República não estava caminhando no sentido correto, de resolução do problema central, a desigualdade existente na sociedade brasileira. Ocorreram movimentos populares contra atos do governo, revoltas dos marinheiros e greves operárias. Os jovens oficiais do Exército, responsáveis pelas revoltas tenentistas (1922-1924), pregavam a moralização da política, a descentralização do poder das mãos da elite agrária, as liberdades políticas, movimento que redundou na Coluna Prestes (1925-1927). Essa tirou seu nome de seu dirigente, Luís Carlos Prestes (1898-1990) – então capitão do Exército e depois o principal nome do Partido Comunista Brasileiro – e mobilizou mais de dois mil homens, militares e civis, que percorreram o interior, incentivando a população a se revoltar contra as elites agrárias, a lutar pela educação primária obrigatória e o voto secreto, e, principalmente, para acabar com a miséria do país. O período foi também marcado pela busca de transformação na arte, com a Semana de Arte Moderna, que criou o movimento modernista brasileiro⁸. Todos esses movimentos têm em comum o interesse pela realidade nacional e o desejo de transformá-la de forma a atender a população mais pobre.

Até então, os médicos se utilizavam das teorias psicológicas europeias para embasar suas próprias perspectivas em relação aos temas de seu interesse. Entretanto, muito rapidamente tomaram conhecimento dos testes psicológicos, e começaram a utilizá-los como suporte aos seus diagnósticos. Roxo os cita com frequência em seu *Manual de Psiquiatria* (1925), principalmente o Binet-Stanford, que indica para avaliação de alterações da consciência. Assim, a década de 1920 assistiu ao uso intensivo dos testes no Hospital Nacional de Alienados, onde ocorria a prática clínica da Cátedra de Psiquiatria da Faculdade

⁸ Um dos principais resultados deste movimento, o quadro *Abaporu*, de Tarsila do Amaral, encontra-se no Museu de Arte Latinoamericana de Buenos Aires (MALBA). *Abaporu* é uma palavra indígena que significa “homem que come gente” e é um símbolo de uma das correntes do movimento, o Antropofagismo.

Nacional de Medicina. Há inclusive um relato de aplicação de diversos testes em soldados do Exército Brasileiro lá internados (Saturnino, 1930).

Os testes se espalharam rapidamente para outros espaços. Sua presença foi marcante na Liga Brasileira de Higiene Mental, criada em 1923, cujo Laboratório de Psicologia se dedicou à validação e padronização de diversos testes em escolas públicas (Leme Lopes, 1930, 1932). Outros lugares educacionais do Rio de Janeiro começaram também a utilizá-los, como o Instituto de Educação. Isso também ocorreu em São Paulo, com Lourenço Filho⁹, em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, com a chegada de Helena Antipoff¹⁰, em 1929, em Recife, estado de Pernambuco, com Ulisses Pernambucano¹¹.

Dessa forma, a Psicologia ingressou em um novo campo, o educacional. As futuras professoras do ensino básico – o espaço de trabalho da mulher de classe média e classe média alta fora do ambiente doméstico – eram formadas com grande carga de conhecimento em Psicologia, principalmente os relativos aos temas de aprendizagem, motivação e desenvolvimento, além de treinamento no uso de testes psicológicos. Esses conhecerão seu apogeu no período seguinte. Entretanto, é mister apontar desde já que os laços com a Medicina e com a Educação, presentes nessa primeira recepção da Psicologia, implicarão, posteriormente, em disputas de poder e espaço.

A centralização administrativa do Governo Vargas

Em um ambiente politicamente tenso, o não cumprimento do acordo sobre a presidência seguinte do país (pelo qual um presidente seria de São Paulo, outro de Minas Gerais, a chamada “política do café-com-leite”) levou a um levante de estados do Sul, possibilitando que Getúlio Vargas (1882-1954) assumisse o poder em 1930. Seu governo foi longo, atravessado por diferentes fases (presidente do Governo Provisório, presidente eleito, finalmente ditador após golpe de estado em 1937) e terminando em 1945, ao final da II Guerra

⁹ Manuel Bergstrom Lourenço Filho (1897-1970) foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova. Dentre suas várias atividades, foi catedrático de Psicologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Foi o criador do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Teve papel relevante na regulamentação da profissão de psicólogo.

¹⁰ Helena Antipoff (1892-1974), russa por nascimento, estudou com Binet e Simon em Paris, e com Claparède em Genebra. Veio para o Brasil durante o grande movimento de reforma educacional de Minas Gerais, na década de 1920, a fim de chefiar o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento dos Professores Estabelecendo-se no Brasil, dedicou-se à Psicologia Educacional e à criança excepcional.

¹¹ Ulisses Pernambucano (1892-1943) foi um médico psiquiatra que trabalhou com alienados e com educação infantil. Foi um dos primeiros a buscar a democratização no trato de enfermos e das crianças, e a realizar a padronização dos testes psicológicos para uso no nordeste brasileiro.



Mundial¹². Representou um outro momento de modernização do país, seja pela busca da organização racional do aparelho do Estado, seja por medidas específicas, como a concessão do direito ao voto às mulheres, em 1932, atendendo ao forte movimento sufragista então existente. Não por acaso, a fase inicial de seu vasto período de governo foi dedicada à Educação – até então, uma atividade exclusivamente feminina – fornecendo apoio aos proponentes da Escola Nova. Para esses, que propunham uma educação laica, gratuita, pública, “tanto quanto suas habilidades naturais permitam” (Azevedo e outros, 2010), os testes eram um instrumento eficaz para avaliar a capacidade do aluno e criar, assim, classes homogêneas, vistas como favorecedoras do ensino e da aprendizagem.

Um dos principais divulgadores do uso de testes foi Isaías Alves (1888-1968). Trabalhando na Bahia, onde era dono de uma escola particular, e no Rio de Janeiro, a convite de um dos grandes personagens da educação brasileira, Anísio Teixeira (1900-1971), que o nomeou como diretor de Serviço de Testes e Medidas Escolares do Distrito Federal (1932-1935), Alves foi o principal nome dos testes. Padronizou vários deles e escreveu vários livros sobre o tema. Em um desses, Alves comentou os resultados que tinha obtido com o uso de testes na Bahia. Em 1928, ele fora responsável pelo serviço de testes em escolas públicas em Salvador, capital da Bahia, e testou também estudantes de sua própria escola, o Colégio Ipiranga. Ele explicou que dividiu os estudantes em três categorias (negros, mestiços e brancos). Os resultados mostraram uma baixa performance nos testes de estudantes considerados afrodescendentes (66.1), enquanto o melhor desempenho era o dos estudantes brancos (86.6) e mestiços ficaram na média (73.6). Alves (1933a) verificou que a média do quociente de inteligência dos estudantes brancos aumentava quando a pontuação dos estudantes de escolas privadas (como os do Colégio Ipiranga) foi adicionada à pontuação das escolas públicas. Todavia, em suas análises, Alves não deixou claro que as escolas públicas recebiam crianças de famílias mais pobres, e, logo, os estudantes mais comuns eram afrodescendentes e mestiços. Esse fator não pode ser negligenciado nos resultados e comparações.

Alves também conduziu uma pesquisa em larga escala sobre inteligência e nível de instrução, avaliados em escolas públicas do Rio de Janeiro. Os resultados foram trágicos: eles indicaram retardo mental em 50% dos alunos (Alves, 1932). Alves reconheceu que os professores não foram treinados o suficiente para usar os testes corretamente: os testes Pintner-Cunningham e

¹² O Brasil foi o único país latino-americano que lutou ao lado das forças democráticas aliadas na II Guerra Mundial. Assim, o término da guerra configurou uma contradição entre o fascismo no governo brasileiro e a luta contra o fascismo na Europa.



ABC, ambos voltados para analfabetos ou para crianças que ainda não foram alfabetizadas, e o teste de Binet-Simon, que não havia sido adaptado, foram aplicados em crianças alfabetizadas. Apesar desses fatos, Alves considerou os resultados válidos, inclusive a conclusão da superioridade dos brancos frente aos afrodescendentes em relação ao nível de inteligência e de crianças de escolas privadas em comparação com as de escola pública. Dessa forma, concluiu que esses dados induzem “pensamentos que levam sociólogos, educadores e eugenistas a dirigirem nossa política e economia mais firmemente” (Alves, 1933b, p. 70). Assim, vemos que o racismo presente na sociedade brasileira foi provado cientificamente. Continuamos, portanto, em um processo de naturalização da diferença, o que era totalmente contra o projeto da Escola Nova, a qual procurava aumentar o número de crianças no sistema escolar.

Entretanto, é nesse período que uma abordagem culturalista se sobrepôs ao racismo científico então vigente. Isso ocorreu por meio da publicação do clássico livro de Gilberto Freyre, intitulado *Casa Grande & Senzala*, em 1936, no qual o autor apontava a convivência próxima de brancos e negros escravizados e como isso gerou efeitos na cultura brasileira. Seu livro é a base do que constituiu o mito do Brasil como um paraíso de “democracia racial”, onde as diferenças eram aceitas e compartilhadas (Freyre, 2000), o que só foi questionado décadas mais tarde.

O Governo Vargas se destacou pela centralização administrativa, criando diferentes ministérios e um órgão específico para gerenciar a administração pública, o Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, que criou, por exemplo, a ocupação dos cargos públicos por meio de concurso, acabando com o mecanismo de “indicação”. Outra de suas iniciativas foi estabelecer o estatuto das universidades. Até então, havia somente uma, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 pela junção de diferentes faculdades isoladas (entre elas, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Em 1937, essa universidade foi transformada em Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Em 1934, já havia sido criada a Universidade de São Paulo – USP.

Vargas também estimulou a industrialização e, concomitantemente, algum grau de proteção ao trabalhador, por meio de leis específicas, como a criação do salário mínimo. Assim, o uso dos testes encontrou um novo espaço. Dentro desse contexto, Emilio Mira y López¹³, um dos mais importantes psicotécnicos da

¹³ Emilio Mira y López, espanhol nascido em Cuba, formou-se em Medicina em Barcelona, onde atuou profissionalmente na clínica médica. Também foi professor da Universidade de Barcelona, e chefe do Instituto de Orientação Profissional, tornando-se um importante nome da psicotécnica do



época, e que estava exilado no Uruguai, foi convidado por um conjunto de instituições (USP, Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e Estrada de Ferro Sorocabana) para ministrar palestras e um curso sobre Psicologia aplicada ao Trabalho em São Paulo, em maio de 1945. No final daquele ano, foi convidado pelo DASP para dar cursos durante um ano no Rio de Janeiro. Finalmente, foi convidado para organizar e dirigir o Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP/FGV) a partir de 1947, o que o levou a mudar-se para o Rio de Janeiro com sua família. O ISOP se constitui em um grande centro de divulgação da Psicologia, dos testes psicológicos e da formação de interessados na nova profissão.

Em síntese, os testes passam a imperar em todos os espaços interessados em modernizar-se, em transformar o país utilizando-se, para isso, das mais relevantes ferramentas científicas do momento. Assim, outro tipo de instituição também os demanda: o manicômio judiciário. Um misto de prisão e hospital psiquiátrico, os testes se tornaram os grandes auxiliares na determinação da inimputabilidade dos internos bem como da cessação (ou não) de sua periculosidade (Vasconcellos, 2017). A Psicologia, mais uma vez, mostrava sua utilidade social (Rose, 2008).

A grande modernização dos anos de 1950

Getúlio Vargas havia renunciado à Presidência em 1945, ao final da II Guerra Mundial; retornou em 1950, eleito. Seu novo governo teve um caráter democrático, de continuidade ao forte investimento no que foi chamado “indústrias de base” – siderurgia, petróleo, etc. Entretanto, sua atuação nacional-desenvolvimentista desagradou aos conservadores que, junto com a imprensa, exploravam notícias de corrupção, de desordem. Ameaçado de ser deposto, suicidou-se em 1954, deixando uma carta-testamento explicitando que a agenda de “grupos internacionais se aliara a dos grupos nacionais para bloquear a legislação trabalhista e o projeto desenvolvimentista” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 413). Sua morte mudou a configuração de forças: “Aturdidas, as pessoas saíam de casa, procuravam umas às outras e choravam. Aos poucos, porém, a população se transformou e, em diversas cidades (...) uma multidão amargurada, revoltada e colérica passou a percorrer as ruas armadas com paus,

começo do século. Socialista, foi chefe do Serviço Psiquiátrico do Exército Republicano durante a Guerra Civil Espanhola. Com a vitória de Franco, exilou-se na França, seguindo-se um périplo por diferentes países, até se fixar no Brasil, de 1947 até sua morte.



pedras e fúrias” (Schwarcz & Starling, 2015, p. 412). O povo, assim, garantiu a democracia e impediu o golpe, que demorou dez anos para se concretizar.

De qualquer forma, a industrialização continuou de forma acelerada no governo Juscelino Kubitschek (1902-1976, governo de 1956-1961), o que possibilitou a criação de uma elite na classe operária via a transformação de cidades no entorno de São Paulo em um parque industrial. Juscelino também foi o responsável pela transferência da capital da República para Brasília, uma cidade construída no árido Planalto Central do país, objetivando que o interior fosse mais povoado e desenvolvido – e também visando deixar as decisões políticas mais distantes da população, tendo em vista a grande dificuldade que então existia de acesso a Brasília. Se bem a mudança tenha ocorrido em 1960, foram necessários muitos anos para que esse processo se consolidasse. Por outro lado, o Rio de Janeiro perdeu, aos poucos, seu poder político, mantendo-se, todavia, como a “capital cultural” do Brasil. O Plano de Metas do Governo de Juscelino implicava em uma urbanização crescente e forte desenvolvimento industrial e de comunicação – da mesma forma que Vargas incentivou o rádio, no governo Juscelino surgiu a televisão –, o que acentuava a desigualdade entre os mundos rural e urbano.

Nas cidades maiores, principalmente as capitais, nos anos de 1950 encontramos pessoas com formações distintas, mas principalmente em Educação e em Filosofia, que se interessavam por um estudo mais aprofundado em Psicologia, normalmente de forma autodidata ou por meio de cursos de curta duração. Complementavam sua formação profissional em estágios e exerciam sua prática em instituições do serviço público, principalmente voltadas ao escolar onde faziam Psicodiagnóstico. Essa ênfase não se modificou nas instituições dedicadas à seleção e orientação profissionais, como o ISOP, que teve diversas filiais espalhadas pelo país, nem quando surgiu uma primeira abordagem clínica, com as diferentes Clínicas de Orientação Infantil; a marca inicial da profissão foi o Psicodiagnóstico embasado em testes psicológicos. As fotos de época e as biografias mostram que era realizado por mulheres, brancas, de classe média ou média alta. Poucos eram os homens no contexto profissional e, quando existiam, normalmente ocupavam o cargo de dirigentes.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, é importante ter claro que a Psicologia, naquele momento, situava-se como uma disciplina nas Escolas Normais e nas Faculdades de Filosofia existentes em algumas capitais de estados – embora, estranhamente, também existisse desde o final dos anos de 1940 na Escola Nacional de Educação Física (Carvalho, 2012). Mas, enquanto experiência profissional – principalmente quando as pessoas começaram a se nomear, e a



serem nomeadas, como “psicologistas” ou “psicotécnicas” – estava restrita ao Rio de Janeiro e aos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

No final dos anos de 1940, ocorrera a fundação das primeiras associações de Psicologia, em São Paulo (Sociedade de Psicologia de São Paulo) e no Rio de Janeiro (Associação Brasileira de Psicotécnica) e ambas criaram seus periódicos, os primeiros de Psicologia do país e que continuam a ser publicados até hoje. Em 1954, os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* publicaram um *Anteprojeto de currículo mínimo para o Curso de Psicologia*, elaborado pela Associação Brasileira de Psicotécnica¹⁴. Muito criticado pelas outras associações existentes à época, principalmente pela Associação Brasileira de Psicólogos e a Sociedade Paulista de Psicologia, por seu caráter dicotômico, separando a teoria (a ser realizada em universidades) e a prática (a ser oferecida por institutos especializados), o anteprojeto certamente serviu de disparador para discussões que levaram a novos anteprojeto até a finalização do processo, em 1962 (Brasil, 1962).

Outro ponto a salientar é que a Igreja Católica havia sido no Brasil – e em outros lugares – abertamente contra o que denominava “Psicologia materialista” e, nesse sentido, é considerada como uma das responsáveis pelo fechamento do Instituto de Psicologia, criado em 1932 e que pretendia oferecer um curso de formação de “profissionais psicólogos”, como vimos anteriormente (Centofanti, 1982). Entretanto, aos poucos a Igreja entendeu ser melhor ter aquele novo corpo de conhecimentos sob seu controle. Foi um longo caminho, desde a discussão jesuítica sobre se os indígenas teriam ou não alma, à constatação de que “seria ridículo pretender levar as faculdades da alma à análise de aparelhos” (Lourenço Filho, 2004, p. 74), a oposição à criação de um curso de formação em Psicologia, em 1932. Já nos anos de 1950, a liderança intelectual da Igreja passou a considerar, seguindo principalmente a Psicologia italiana, com Agostinho Gemelli (1878-1959) a possibilidade de uma Psicologia que não se afastasse de seus pressupostos (Ferraz, 2014).

Nesse sentido, em março de 1953 ocorreu a criação do primeiro curso de graduação em Psicologia no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC-Rio. Além desse, outros três cursos foram criados em instituições católicas antes da regulamentação da profissão e dos cursos, quais sejam os da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), da Universidade Católica de Minas Gerais (hoje, a PUC-MG) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Ao lado desses, um único curso foi criado em instituição

¹⁴ A Associação e os Arquivos estavam umbilicalmente ligados ao ISOP, dirigido por Emilio Mira y López.



pública, o da Universidade de São Paulo. Este último emergiu da cátedra de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como proposta de Annita Cabral (1911-1991), e sofreu forte pressão contrária de Noemy Rudolfer (1902-1988), catedrática de Psicologia Educacional, defensora de que a Psicologia continuasse sob a égide da Educação.

Portanto, a par da oposição católica, também houve tensão em relação aos educadores. Além disso, esses últimos também lutaram contra o uso privativo de testes psicológicos por parte dos psicólogos, um dos pontos no anteprojeto então em discussão, o que levou a que se permitisse que os orientadores educacionais pudessem utilizá-los – os testes de interesse, aptidão e inteligência, sendo exclusivos dos psicólogos somente os de personalidade.

Por outro lado, os médicos discordavam da possibilidade do psicólogo realizar psicoterapia e usaram seu poder corporativo para barrar essa proposição. A conciliação encontrada foi retirar esse item da proposta legislativa e colocar, em seu lugar, “solução de problemas de ajustamento”.

Assim, para se legalizar como profissão, e como curso, a Psicologia viveu embates com a Igreja Católica nos anos de 1930 e, na década de 1950, com outras categorias profissionais, dos educadores e dos médicos, bem como um embate interno, entre “teóricos” e “práticos”. Com todas essas tensões, e sob a condução das associações de Psicologia da época acompanhadas pelo corpo profissional já existente – mulheres, principalmente – chegamos, em 1962, à promulgação da Lei 4.119/62, em 27 de agosto de 1962, pelo então Presidente da República João Goulart, que regulamenta a profissão de psicólogo e os cursos de Psicologia no Brasil.

A ditadura militar, a modernização tecnológica e seus efeitos

Recém regulamentada como profissão e curso, ocorreu uma explosão de criação de cursos de Psicologia, principalmente em instituições privadas de ensino logo após o Golpe de 1964, que depôs o presidente João Goulart e iniciou uma longa noite de 21 anos de duração sob uma ditadura empresarial-militar (Dreyfuss, 1981). Essa, no caso brasileiro, manteve alguns aspectos de legalidade, diferentemente das que ocorreram em seguida em outros países latinos, como Bolívia (1966), Chile e Uruguai (1973), Argentina (1976).

Assim, depois de destroçar o sistema judiciário, com a aposentadoria de juízes e de ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como o sistema político, com a cassação do mandato de deputados e senadores, o fechamento dos



partidos políticos¹⁵, a ditadura promoveu a eleição de seus presidentes, todos eleitos pelo Congresso Nacional expurgado. Após um processo de escolha dentro da cúpula das Forças Armadas, os generais indicados tinham seu nome referendado pelo Congresso e governavam pelo período regulamentar. A disputa política, portanto, situava-se dentro das Forças Armadas.

Além disso, a ditadura teve diferentes fases. A primeira, que seria provisória, fez sua "limpeza" no meio operário, nos partidos políticos (notadamente no Partido Comunista Brasileiro, desde o final dos anos de 1940 na clandestinidade), e nas universidades. Em 1968, ocorreu o chamado "golpe dentro do golpe", quando não houve mais preocupação com as aparências e a censura e repressão tornaram-se parte da vida cotidiana da população – e quando se organizou uma resistência armada, da qual também participaram estudantes e psicólogos. Seguiu-se o período de "distensão" e "abertura", até a eleição indireta de um presidente civil, em 1984. Tancredo Neves (1910-1985), eleito, faleceu antes da posse. Seu vice, José Sarney¹⁶, um expoente da Arena, foi então empossado, iniciando-se o período de democratização do país, com uma nova Constituição, intitulada "Constituição Cidadã", por privilegiar a cidadania, aprovada em Assembleia Constituinte, em 1988.

A ditadura investira pesadamente em obras faraônicas, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, as usinas nucleares em Angra dos Reis, mas também investiu na modernização tecnológica, trazendo a televisão a cores, um novo modelo de Correios e da comunicação telefônica. É importante ressaltar também que o crescimento da pós-graduação brasileira ocorreu nesse período, provavelmente pelo nacionalismo de boa parte das Forças Armadas.

A Psicologia, já legalizada, teve seus primeiros vinte anos, portanto, sob a égide da ditadura, o que, certamente, produziu efeitos. Professores foram aposentados, estudantes foram impedidos de continuar seus cursos por três anos, de acordo com o Decreto 477, de 1969 (Decreto-Lei nº 477). Estudantes e profissionais de Psicologia ingressaram na luta armada e muitos nela foram mortos (Souza & Jacó-Vilela, 2017), como Idalísio Aranha Filho (1947-1972), estudante da UFMG, na Guerrilha do Araguaia.

Os cursos, por sua vez, se mantiveram dentro dos limites do currículo mínimo, de uma Psicologia centrada nos processos psicológicos investigados pela Psicologia experimental, com sua Psicologia social derivada dos estudos da

¹⁵ Só eram permitidos dois partidos, um de situação (Aliança Renovadora Nacional, Arena) e um de oposição consentida (Movimento Democrático Brasileiro, MDB).

¹⁶ A eleição de José Sarney mostra como a elite conservadora brasileira consegue manter-se em todos os tipos de situação.



Psicologia social cognitiva norte-americana, claramente etnocêntrica e individualizante (Krüger, 1986), com a prática dedicada principalmente ao “aconselhamento psicológico” e a “seleção e orientação profissional”.

Uma justificativa parcial para essa situação é o restrito mercado editorial brasileiro então existente. O aprendizado de Psicologia situava-se quase totalmente em torno de obras importadas, pela inexistência de publicações no país, tanto estrangeiras quanto nacionais. Na década de 1930, Lourenço Filho havia criado uma “Biblioteca da Educação” para a Editora Melhoramentos e, nela, publicou traduções de textos relevantes de Psicologia, mas sempre voltados para a Educação. Muitos dos interessados conseguiam recorrer às editoras argentinas, principalmente a Paidós. A situação só começou a mudar no final dos anos de 1960, quando já havia um número razoável de editoras voltadas para o público acadêmico: Dante Moreira Leite (1927-1976) e Carolina Bori (1924-2004) iniciaram a publicação de coleções de obras traduzidas (Leite, da Psicologia em geral; Bori, da análise experimental do comportamento), que foram alguns dos livros-textos dos novos cursos.

Por outro lado, principalmente no Rio de Janeiro, os recém-psicólogos, interessados na clínica, não aceitavam mais ficarem restritos profissionalmente ao aconselhamento, normalmente embasado nas proposições de Carl Rogers, e iniciaram seu investimento na psicanálise. Essa havia se firmado no país nos anos de 1950, com a criação de sociedades filiadas à *International Association of Psychoanalysis* (IPA). Nos anos de 1970, estava totalmente assimilada à cultura das classes médias urbanas que, impedidas de participação política, buscavam o conhecimento de si – talvez o principal efeito da ditadura na construção de subjetividades. Seus conceitos e possibilidades explicativas faziam parte do dia-a-dia, a ponto de um importante antropólogo, Gilberto Velho, produzir um texto fundamental, em que analisa como “duas categorias de acusação” da sociedade brasileira daquele momento, o drogado e o subversivo, eram vistas como decorrência da “desestruturação da família” (Velho, 1985, p. 37). A família fragmentada tornava-se responsável pelos desvios de cada um de seus membros em relação à ordem vigente. Um novo olhar especializado, o do psicólogo, se dirigia à relação pais-filhos. O drogado e o militante não eram, então, referidos ao momento político, mas à ‘crise da família’.

Os elementos constituintes de uma cultura psicológica encontravam-se formados: a modernização tecnológica, a individualização/fragmentação, a psicologização. O saber psicológico sobre o indivíduo constrói esse mesmo indivíduo como sujeito autônomo, interessado em sua interioridade, uma vez que o espaço público, da ação política, lhe estava vedado. O psicólogo pôde, assim,



não se representar como “agente da norma”, pois se tornava um dos cuidadores desse modo de subjetivação onde predomina a intimidade, o espaço da liberdade interior.

Assim, a psicanálise estava presente no imaginário dos psicólogos como a possibilidade de não mais serem os “agentes da ordem”, acusação que permeava os anos de 1970¹⁷. São duas as grandes vertentes. Por um lado, o institucionalismo, minoritário naquele momento, mas se consolidando de forma crescente, que se abriu, ao longo dos anos, às contribuições de Foucault e Deleuze, tendo uma forte presença na Psicologia do século XXI. Por outro lado, o lacanismo que atraía um número considerável de psicólogos que, impedidos de se filiar às sociedades vinculadas à IPA, começaram a criar suas próprias instituições, capacitando-se para, no século XXI, ocuparem importantes espaços nas instituições de ensino superior.

É interessante observar, nesse contexto, como muda o perfil dos “pioneiros” da Psicologia nos diferentes estados brasileiros. Se, nos estados das regiões Sudeste e Sul do país, os primeiros psicólogos atuavam em instituições educacionais, ou de seleção profissional, ou no Departamento de Trânsito – Detran¹⁸, já, nos anos de 1990, muitos dos primeiros psicólogos em dada região, antes da existência de cursos de Psicologia, encontravam-se em sociedades de psicanálise, como é o caso do estado do Maranhão (Araújo, 2005).

A grande reviravolta da década de 1980

No final dos anos 1970, a crise econômica e o desgaste do regime militar levaram a classe média a lutar pelo fim da ditadura, luta que continuou nos anos 1980, propiciando um momento de esperança – o movimento *Diretas Já!*. Nele, se engajaram os psicólogos que, como representantes da camada social a que pertenciam, as chamadas classes médias urbanas, até então haviam se mantido omissos, desinteressados mesmo, em relação à ditadura.

¹⁷ É exemplar nesta perspectiva o famoso texto de Cecília Coimbra, decorrente de sua tese de doutoramento, intitulado “Guardiães da Ordem” (Coimbra, 1995).

¹⁸ Com a indústria automobilística em pleno desenvolvimento durante e após o governo Kubitschek, houve necessidade de reformular o Código Nacional de Trânsito. O segundo, de 1966, passou a exigir a aprovação em “exame psicotécnico” para obtenção da Carteira de Habilitação para a direção de veículos automotores (Lei nº 5.108). A suposição é que isto se deve ao grande impacto do teste PMK, criado por Emilio Mira y López e utilizado pelo ISOP na avaliação de motoristas (não só de veículos automotores, mas também de trens). Isto gerou um grande mercado para os psicólogos e possibilitou a criação de clínicas dedicadas ao exame psicotécnico de motoristas em todo o país.



Uma exceção neste contexto é o trabalho comunitário, que apareceu, por um lado, vinculado à Teologia da Libertação e ao projeto de Educação Popular de Paulo Freire. Isso ocorreu em São Paulo, com Silvia Lane (1933-2006) e Padre Abib Andery (1930-2016), que, em 1980, fundaram, junto com outros, a Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso)¹⁹. Por outro lado, também decorreu das diferentes formações, inclusive nos Estados Unidos, de pesquisadores que se reuniram para criar um dos primeiros programas de pós-graduação no país, o Mestrado em Psicologia Comunitária, em João Pessoa, no estado da Paraíba. Isso é importante de assinalar porque o trabalho com comunidades estava vinculado a populações carentes urbanas. No Nordeste, nos anos de 1950 e até o golpe de 1964, tornou-se forte o movimento das Ligas Camponesas, em prol da reforma agrária e dos direitos da população do campo. Extintas com o golpe, sem que se apaziguasse o conflito no campo, é interessante apontar o surgimento desse Mestrado em meados da década de 1970, justo numa região com essa história, sugerindo que a Psicologia poderia contribuir para a compreensão dos problemas do trabalhador do campo. Ainda no mesmo período, um terceiro grupo em Belo Horizonte, Minas Gerais, a partir da psicossociologia francesa, foi o proponente de uma importante mudança curricular e de atuação comunitária.

Mas não só a Psicologia social se transformou. A clínica se interessou por novas técnicas e abordagens, principalmente no hospital geral, a partir da influência argentina, principalmente Pichon-Rivière e José Bleger. Na educação, com as obras de Maria Helena Souza Patto, desde *seu Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar* (Patto, 1984), um novo olhar se dirigiu à atuação dos psicólogos no ambiente escolar, apontando os malefícios do uso abusivo dos testes psicológicos e como as classes homogêneas reforçavam a exclusão das crianças pertencentes aos segmentos sociais tidos como inferiores – os pobres, basicamente afrodescendentes e indígenas.

Assim, a Psicologia buscou, no final e no pós-ditadura, uma nova constituição de si mesma, adequada aos novos tempos. Entendendo que a sociedade brasileira era de extrema desigualdade, cabia ao psicólogo não mais ser um “agente da ordem”, mas um profissional atuante na promoção de direitos, visando a transformação da realidade social e, conseqüentemente, uma melhor saúde mental da população. Para tal fim, mudanças curriculares começaram a

¹⁹ Considerando que “toda a Psicologia é social”, o primeiro Estatuto da Abrapso se refere somente à “Psicologia”, e não à “Psicologia social”. Como se compreende hoje no Brasil, a Abrapso representa uma perspectiva de que a Psicologia não pode ser separada das condições históricas, sociais, políticas de sua existência.



ser gestadas. Nesse primeiro momento, o currículo mínimo de 1962 continuava em vigor, as alterações implicavam detalhes como diminuição do número de disciplinas obrigatórias e aumento das eletivas, ênfase em atividades práticas – os estágios – vinculados à teoria, reformulação dos programas, etc.

Tais transformações foram facilitadas por dois tipos diferentes de fatores: a atuação mais incisiva do Conselho Federal de Psicologia²⁰ e a proliferação de programas de pós-graduação. O primeiro Mestrado em Psicologia havia sido criado em 1964, na Universidade de Brasília. Entretanto, a ditadura militar realizou uma grande ofensiva a essa universidade, causando a dispensa ou aposentadoria de um número expressivo de professores, o que levou ao fechamento desse primeiro Mestrado. O segundo foi criado em 1967 na PUC-Rio – mesma instituição onde havia sido criado o primeiro curso de graduação. Alguns novos programas surgiram na década seguinte, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Houve uma explosão de cursos nos anos de 1980, mas ainda centrado nas regiões Sudeste e Sul. Diferentes atuações governamentais, já no século XXI, fizeram com que as regiões mais pobres do país (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) também desenvolvessem seus programas, aglutinados e representados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação, a ANPEPP. Como pano de fundo para todas essas mudanças, sem dúvida deve-se mencionar a “Constituição Cidadã”, de 1988.

Uma das consequências dessa Constituição foi a criação de Conselhos nos quais, ao lado de representantes governamentais, se fazem presentes diferentes representantes da sociedade civil, imbricados na discussão de políticas públicas. Nesse sentido, é importante ressaltar que a Psicologia, por meio do Conselho Federal de Psicologia – CFP, está presente em mais de trinta desses conselhos, como o de Assistência Social, de Drogas e Direitos Humanos, de Povos e Comunidades Tradicionais, de Prevenção e Combate à Tortura, dos Direitos ao Trabalho, Proteção e Seguridade Social, dos Direitos da Mulher, sobre o Aborto, dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de LGBT, de Saúde, de Recursos Humanos e Relações de Trabalho.

Essa multiplicidade de participações do Conselho Federal de Psicologia mostra não só o protagonismo da entidade como também a abrangência e diversidade das situações em que o psicólogo está hoje inserido. Tal como ocorreu no início da profissionalização, nos anos de 1940 e 1950, novamente o

²⁰ Órgão encarregado da “orientação e fiscalização” da categoria, foi criado pelo Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977 (Decreto nº 79.822). Com atuação à época estritamente burocrática, tornou-se um importante ator social no século XXI, congregando os psicólogos de forma orgânica.



psicólogo encontra seu grande mercado de trabalho nas instituições públicas, principalmente no Sistema Único de Saúde.

No século XXI: natureza X cultura? Ou alma?

Assim, a Psicologia ingressou no século XXI como uma área de conhecimento e prática bem desenvolvida, inserida na sociedade, onde procurava dar sua contribuição na resolução de necessidades sociais. Para essas se voltam boa parte da formação do psicólogo, com algo em torno de 400 cursos de graduação, bem como os programas de pós-graduação, em torno de cem nesse momento. Por outro lado, as práticas e as produções científicas, têm ao seu dispor um número também expressivos de revistas acadêmicas: em recente levantamento, listamos 140 periódicos brasileiros exclusivamente de Psicologia, um quantitativo impressionante, principalmente se considerarmos que parte da produção científica é veiculada por periódicos estrangeiros e que a área utiliza muito o recurso à publicação de capítulos em coletâneas.

Esses números, e a variedade de áreas que apresentamos no item anterior, afirmam a pujança da disciplina. Entretanto, não podemos deixar de mencionar problemas: a baixa qualidade de muitos dos cursos de graduação, principalmente quando ofertados por instituições isoladas de ensino superior, mormente particulares; a concentração, até hoje, da maioria dos melhores cursos de graduação e de pós-graduação nas regiões Sul e Sudeste; um mercado editorial que continua frágil para livros acadêmicos – o que é, em parte, compensado pela pujança na publicação de periódicos científicos, em sua maioria de acesso aberto. E é necessário reconhecer que a clínica particular continua presente no imaginário da categoria, o que faz que a prática nas instituições públicas receba críticas.

Se as décadas de 1980 e 1990 haviam sido o momento da Psicologia social, com sua proposta de uma nova Psicologia, utilizando metodologias qualitativas e abrangendo temas tão diversos quanto gênero e sexualidade, etnias, populações rurais, saúde do trabalhador, jovens em conflito com a lei, direitos humanos, etc., o começo do século XXI assiste a presença cada vez mais incisiva da Neuropsicologia. Esta se faz acompanhar pela Terapia Cognitivo-Comportamental, a Psicologia evolucionária, o retorno dos testes psicológicos, sob o prisma da



avaliação psicológica²¹, com uso abundante de escalas, oriundas principalmente dos Estados Unidos e adaptadas para a realidade brasileira.

Em um primeiro momento, a impressão era estarmos vivendo nova fase da questão oitocentista: como explicar o homem? Pela natureza? Pela cultura? Como considerar uma simbiose entre esses dois fatores constitutivos, sem a hegemonia de nenhum deles? A noção de plasticidade do cérebro parecia oferecer uma solução.

Entretanto, desde finais do século XX, uma outra vertente estava constituindo seu espaço na Psicologia, a partir de evangélicos fundamentalistas que consideravam/consideram possível uma Psicologia embasada na Bíblia. Sua primeira atuação a chamar a atenção foi a proposta de reverter a orientação homossexual, considerando que tais pessoas eram egodistônicos que voltariam à orientação heterossexual após terapia.

O Conselho Federal de Psicologia, embasado na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial da Saúde, publicada em 1990 e que retirava a homossexualidade do quadro de transtornos mentais, promulgou, em 1999, uma resolução proibindo o psicólogo de realizar tratamento para reversão da homossexualidade (Resolução 001/99). Esta resolução vem sendo, desde então, alvo de ataques de psicólogos evangélicos fundamentalistas que organizaram um movimento buscando vencer as eleições para o Conselho Federal de Psicologia, com uma proposta corporativa e altamente moralizante. Neste momento, esta é uma das principais questões da Psicologia brasileira²².

Conclusões

Este texto se propôs a construir uma narrativa sobre a história da Psicologia no Brasil, enquanto teoria e prática, articulada às condições da história do país, notadamente o desenvolvimento econômico e a urbanização. Nesse sentido, acompanhamos alguns dos processos brasileiros do século XIX até os dias de hoje, procurando apontar as relações com o que se constitui como Psicologia em cada momento.

A atualidade, contudo, leva a uma pergunta crucial: até que ponto a estrutura colonial, escravagista, patrimonialista, está presente ainda hoje na

²¹ Um dos mais bem avaliados Programas de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade São Francisco, dedica-se exclusivamente à Avaliação Psicológica, embora esta área também esteja presente como linha de pesquisa em outros Programas.

²² Em novembro de 2018 foi eleito como presidente do Brasil o capitão reformado Jair Bolsonaro, católico, mas também batizado como evangélico e que emite com frequências declarações homofóbicas, o que certamente tem fortalecido este grupo.



realidade nacional e na Psicologia que aqui se desenvolve? Supondo-se uma resposta afirmativa, faz-se mais que nunca necessário inventar novas formas de ensino e de treinamento profissional que permitam a formação de pensamento crítico que informe uma prática dirigida socialmente.

Referências

- Alves, I. (1932). Os testes no Distrito Federal. *Boletim de Educação Pública*, 2, 1-2.
- Alves, I. (1933a). *Da educação nos Estados Unidos: relatório de uma viagem de estudo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Alves, I. (1933b). *Os testes de inteligência nas escolas*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Instrução Pública.
- Araújo, M. A. P. (2005). *A Psicologia no Maranhão: percursos históricos*. São Luís: EDUFMA.
- Azevedo, F., Peixoto, A., Doria, A. S., Teixeira, A. S., Lourenço Filho, M. B., Pinto, R., & Gomes, R. (2010). *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. (Original publicado em 1932).
- Basalla, G. (1967). The spread of Western Science. *Science*, 156(3775), 611-622. [10.1126/science.156.3775.611](https://doi.org/10.1126/science.156.3775.611)
- Bomfim, M. (1993). *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Top Books. (Original publicado em 1905).
- Decreto-Lei nº 477*. (1969, 26 de fevereiro). Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares e dá outras providências. Recuperado em 29 de março, 2019, de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Decreto nº 79.822*. (1977, 17 de junho). Regulamenta da Lei nº 5.766 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Recuperado em 29 de março, 2019, de <https://transparencia.cfp.Ed.br/legislacao/decreto-n-o-79-822-de-17-de-junho-de-1977/>.
- Carvalho, C. A. (2012). *Além do tempo regulamentar: uma narrativa sobre a História da Psicologia do Esporte no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de



- Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Centofanti, R. (1982). Radecki e a Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 3, 2-50. 10.1590/S1414-98931982000100001
- Coimbra, C. (1995). *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do Milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor.
- Dagfal, A. (2004). Para una «estética de la recepción» de las ideas psicológicas. *Frenia*, 4(2), 7-16. Recuperado em 29 março, 2019, de <http://www.revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16407>.
- Degani-Carneiro, F. (2017). *Investimentos evangélicos em Psicologia no Brasil: a Psicologia no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Dreyfuss, R. A. (1981). *1964: A conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe)*. Petrópolis: Vozes.
- Dumont, L. (1985). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Fausto, B. (1995). *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/FDE.
- Ferraz, D. P. A. (2014). *Memórias e histórias do curso de Psicologia da Faculdade Salesiana de Lorena/SP: uma contribuição para a historiografia da Psicologia no Brasil*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Freyre, G. (2000). *Casa Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global. (Original publicado em 1933).
- Gondra, J. G. (2004). *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2010). *Censo de 2010. Características Gerais dos Indígenas*. Recuperado em 29 de março, 2019, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=destaques>.
- Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 28-43. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500004>.



- Jacó-Vilela, A. M. (2014). Psychological measurement in Brazil in the 1920s and 1930s. *History of Psychology*, 17(3), 237-248. <http://dx.doi.org/10.1037/a0035333>.
- Jacó-Vilela, A. M. & Degani-Carneiro, F. (2012). O cuidado com a infância e sua importância para a constituição da Psicologia no Brasil. *Interamerican Journal of Psychology*, 46(1), 159-170. Recuperado em 29 de março, 2019, de <http://www.redalyc.org/pdf/284/28424858018.pdf>.
- Jacó-Vilela, A. M., Degani-Carneiro, F. & Oliveira, D. M. (2016). A Formação da Psicologia Social como campo científico no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(3), 526-536. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p526>.
- Jacó-Vilela, A. M., Messias, M. C. N., Degani-Carneiro, F. & Barbosa, C. F. (2017). Clínicas de Orientação: cuidado infanto-juvenil e participação feminina na constituição do campo psi. *Revista Psicologia e Saúde*, 9(2), 91-105. Retirado em 29 de março, 2019, de <http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/527/html>.
- Jacó-Vilela, A. M. & Rocha, L. F. D. da (2014). Uma perspectiva católica da Psicologia no Brasil: análise de artigos da Revista *A Ordem*. *Psicologia em Pesquisa*, 8(1), 115-126. 10.5327/Z1982-1247201400010011.
- Jacó-Vilela, A. M., Rodrigues, I. T. (2014). Emílio Mira y López - uma ciência para além da academia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(3), 149-160. Retirado em 29 de março, 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672014000300012.
- Krüger, H. (1986). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: Pedagógica e Universitária.
- Lei nº 4.119. (1962, 27 de agosto). Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Recuperado em 29 de março, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.html
- Lei nº 5.108. (1966, 21 de setembro). Institui o Código Nacional de Trânsito. Recuperado em 29 de março, 2019, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L5108impresao.htm
- Leite, D. M. (1976). *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1954).
- Leme Lopes, M. B. (1930). Pesquisas sobre a memória de fixação. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, 3(2), 235-240.



- Leme Lopes, M. B. (1932). A atenção concentrada explorada pelo test de cancellamento. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, 5(2), 41-63.
- Lourenço Filho, M. B. (2004). A Psicologia no Brasil. Em: M. A. M. Antunes (Ed.), *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios* (pp. 71-108). Rio de Janeiro: EdUERJ/CFP. (Original publicado em 1955).
- Macedo, G. M. & Sapunaru, R. A. (2016). Uma breve história da engenharia e seu ensino no Brasil e no mundo: foco Minas Gerais. *Revista de Engenharia da Universidade Católica de Petrópolis*, 10(1), 39-52. Retirado em 29 de março, 2019, <http://seer.ucp.br/seer/index.php/REVCEC/article/view/594>.
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia brasileira*. São Paulo: Pedagógica Universitária.
- Massimi, M. (2005). *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Loyola.
- Massimi, M. (2008). Engenho e temperamentos nos catálogos e no pensamento da Companhia de Jesus nos séculos XVII e XVIII. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(4), 675-687. Recuperado em 29 de novembro, 2021, de <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/v7VmLNDM8MQqpWz8pYcCfMN/?format=pdf&lang=pt>.
- Massimi, M. (2009). Estudos sobre a contribuição da antiga Companhia de Jesus ao desenvolvimento dos saberes sobre o psiquismo humano no Brasil colonial. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica*, 2(27), 163-191. Retirado em 29 de março, 2019, de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24150/19591>.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Rodrigues, R. N. O. (2006). *Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. Rio de Janeiro: National Library Foundation/UFRJ. (Original publicado em 1896).
- Rose, N. (2008). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, 20(2), 155-164. Recuperado em 29 de novembro, 2021, de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9vmjdfJLFkXYLcPbRNYgnbt/?format=pdf&lang=pt>.
- Roxo, H. (1900). *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.



- Roxo, H. (1925). *Manual de Psiquiatria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves (Original publicado em 1921).
- Roxo, H. (1904). Perturbações mentais nos negros no Brasil. *Brazil Médico*, 18, 182-190.
- Sant'anna, A. L. O., Castro, A. C., Jacó-Vilela, A. M. (2018). Military dictatorship and disciplinary practices in the control of indigenous people: psychosocial perspectives on the Figueiredo Report. *Psicologia & Sociedade*, 30e, 1-10. Recuperado em 29 de novembro, 2021, de <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sHqWc67FBGNd3FYFTsbnj9x/?format=pdf&lang=pt>.
- Saturnino, M. (1930). Psychometria de 100 soldados pelos tests de Binet. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3(1), 12-17.
- Schwarcz, L. M. & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarz, R. (1977). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades.
- Souza, J. A. M. & Jacó-Vilela, A. M. (2017). Luta armada na Psicologia: prática de classe contra o terrorismo de Estado. *Psicologia: ciência e profissão*, 37(num. esp.), 44-56. Recuperado em 29 de novembro, 2021, de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yFDZCJ5zmK7wnTGftxQnySJ/?format=pdf&lang=pt>.
- Vasconcellos, M. A. G. N. T. (2017). *A prática da Psicologia Jurídica no Brasil e na Argentina entre os anos de 1940 a 1990: 50 anos de história*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- Velho, G. (1985). Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. Em: S. Figueira (Ed.), *Sociedade e Doença Mental* (pp. 37-45). Rio de Janeiro: Campus.
- Weber, M. (1999). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1905).

Nota sobre a autora:

Ana Maria Jacó-Vilela é professora-titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Laboratório de História e Memória da Psicologia Clio-Psyché. E-mail: jaco.ana@gmail.com.



Data de submissão: 29.09.2021

Data de aceite: 16.10.2021